

Jornal Expresso Quinta, 17 de Março de 2016

sexta-feira, 17 de Maio de 2013
18:37

EDUCAÇÃO

Recuo do ministro na avaliação aplaudido por diretores



SURPRESA Por duas vezes, o ministro Tiago Brandão Rodrigues surpreendeu os diretores: em janeiro quando anunciou o regresso das provas de aferição já este ano letivo. E agora, ao informar que só em 2017 é que serão de realização universal e obrigatória FOTO ALBERTO FRIAS

A um dia do final do 2º período, Tiago Brandão Rodrigues anunciou as datas das novas provas de aferição. Mas este ano não serão obrigatórias. Cada escola fará como entender. Há elogios à medida, mas também críticas à instabilidade causada

TEXTO ISABEL LEIRIA E JOANA PEREIRA BASTOS

Quando todos estavam à espera de saber as datas em que se realizariam as novas provas de aferição no 2º, 5º e 8º, anunciadas em janeiro como obrigatórias e em substituição da avaliação por exames nacionais no 4º e no 6º, o ministro da Educação informou esta quinta-feira que apenas as escolas que quiserem avançarão já com este novo modelo.

Os estabelecimentos de ensino que optarem por as realizar só em 2016/2017 têm de comunicar ao Júri Nacional de Exames essa intenção, devidamente fundamentada e depois de ouvido o respetivo conselho pedagógico. Este será, afinal, um ano de transição.

PSD e CDS não poupam nas críticas

As críticas ao ministro Tiago Brandão Rodrigues não se fizeram esperar por parte de social-democratas e democratas-cristãos. E nenhum dos partidos que estavam no anterior Governo poupou nas palavras para

classificar a atuação do Ministério no que diz respeito ao processo de avaliação dos alunos do ensino básico. O PSD anunciou mesmo que irá chamar à comissão parlamentar de Educação o ministro da tutela, de modo a que Tiago Brandão Rodrigues explique o modelo que os sociais-democratas consideram “errado”. As decisões do ministro nesta matéria têm sido tomadas “claramente a reboque da agenda sindical da Fenprof e da extrema-esquerda parlamentar”, colocando as escolas e toda a comunidade educativa numa “permanente incerteza”, declarou o deputado Amadeu Albergaria, citado pela Lusa. “Os interesses dos alunos não foram colocados em primeiro lugar”, acusou.

As declarações da presidente do CDS-PP foram no mesmo sentido. Assunção Cristas afirmou no Parlamento estar “perplexa” e “estupefacta” com o que disse ser a “incapacidade de ação” do ministro. “Se era inadmissível querer mudar as regras do jogo a meio do ano letivo, hoje temos a prova acabada da incompetência do ministro, da incapacidade de gerir um assunto tão relevante para a vida de alunos, pais e professores, como seja a questão dos exames”, acusou.

A surpresa é tanto maior quanto no final das reuniões que teve com diretores de todo o país, em janeiro e fevereiro, Tiago Brandão Rodrigues foi sempre dizendo que as reações dos diretores tinham sido “muito positivas relativamente às mudanças implementadas e à calendarização aplicada”. As declarações do ministro contrastavam com as críticas que se iam ouvindo, diretores incluídos, sobre as consequências negativas de alterações de monta introduzidas a meio do ano letivo.

O discurso mudou agora e, em comunicado divulgado após a reunião do Conselho de Ministros em que foi aprovado o novo modelo de avaliação externa dos alunos do básico, explica-se que “depois de ouvidas as entidades legalmente previstas e auscultados os diretores escolares”, o Ministério da Educação entendeu aplicar “duas disposições transitórias”.

Na prática, este ano, cada escola fará o que entender: ou aplica provas de aferição a Matemática e Português aos alunos do 2º, 5º e 8ºanos – que não contam para a nota e servem para fazer um diagnóstico a um aluno sobre o que aprenderam ou não –, ou optar por manter uma espécie de prova nacional no 4º e 6º anos, mas sem peso na classificação final (o ME anunciou também hoje que vai divulgar uma matriz de referência para estes testes) ou escolhe ainda não fazer nenhuma destas avaliações.

Só em 2016/2017, as provas de aferição serão de aplicação universal e obrigatória, ao contrário do anunciado em janeiro.

Da “surpresa agradável” à “navegação à vista”

“Foi uma surpresa, mas uma surpresa agradável”, comenta Filinto Lima, presidente da Associação Nacional de Diretores de Agrupamentos e Escolas Públicas (Andaep). “Sempre dissemos que as medidas do ministro estavam a obedecer a um timing político e não pedagógico. E que as alterações só deviam ter efeitos no próximo ano letivo. O ministro escutou os diretores e fez bem.”

Também Manuel Pereira, presidente da Associação Nacional de Dirigentes Escolares (ANDE), elogia o anúncio. “Prevaleceu o bom senso O Ministério reconheceu que este ano deve ser considerado como um ano de transição, o que faz todo o sentido, já que não se deve começar o ano letivo com umas regras, interrompê-las a meio e acabar com outras. Aplaudimos a coragem em tomar esta decisão, que pode ser tida como um recuo”, afirma o dirigente da ANDE.



PARA TRÁS E PARA A FRENTE O ex-ministro Nuno Crato introduziu os exames nacionais no 4º e no 6º anos. Os partidos de esquerda com assento no Parlamento acabaram com os primeiros no final de 2015. O ministro anunciou o fim dos segundos segundos em janeiro FOTO MARCOS BORGA

Já o presidente do Conselho de Escolas, José Eduardo Lemos tem dificuldade em ver alguma coisa positiva neste processo. Além do órgão a que preside se ter manifestado contra o fim dos exames no 6º ano, José Eduardo Lemos diz estar “muito apreensivo”: “Em janeiro, o ministro criou instabilidade nas escolas ao anunciar as alterações a meio do ano letivo. Agora que as ia concretizar introduz mais instabilidade, transferindo para as escolas a decisão sobre a avaliação. Os pais vão depois apontar o dedos às escolas, mas esta responsabilidade não devia ser delas”, critica. “É como se o ministro estivesse a fazer navegação à vista.”

O que vão as escolas fazer agora é uma incógnita. Têm um mês e meio para tomar uma decisão. E se Filinto Lima acredita que a maioria irá optar por não aplicar as provas de aferição este ano, já Manuel Pereira antecipa que muitas as farão em junho.

O calendário hoje aprovado determina a sua realização nos dias 6 e 8 de junho. Quem optar por fazer as provas no 4º e 6º ano, apenas com função de diagnóstico e não com peso final na classificação, terá de marcar a semana entre 23 de maio e 3 de junho.

Partilhar

[Edições](#)